



N.º 16

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE DE
OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS / DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, na Sala
2 de Reuniões da CIMAC, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do**
3 **Dia:**

4 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

5 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

6 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apresentou o seguinte**
7 **ponto:**

8 **Ponto Único – Alteração do Plano Diretor Municipal de Évora.**

9 **III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

10 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou o senhor Presidente
11 da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente, os que
12 acompanham remotamente e todos os técnicos e funcionários que acompanham a Sessão e,
13 em especial os técnicos da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana da Câmara
14 Municipal, o Arquiteto Pedro Fogaça, o Dr. Carlos Borralho e o Arquiteto Eduardo Miranda,
15 pela disponibilidade para estarem ali presentes.

16 Estiveram presentes os membros da Mesa:

17 **Presidente - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

18 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**

19 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

20 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças:

21 **Presentes:**

- 22 - Maria Clara Canotilho Grácio
- 23 - Paula Cristina Nobre de Deus
- 24 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
- 25 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- 26 - Filipa Gomes de Almeida Perdigão Lobo da Silveira (em substituição de Diogo Costa
27 Freitas Pestana Vasconcelos)
- 28 - Natanael José Carvalho da Vinha
- 29 - José Maria Rodrigues Figueira
- 30 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 31 - Maria Cristina Correia Santos Mata
- 32 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- 33 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo

- 1 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
2 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
3 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
4 - Bruno Manuel dos Santos Martins
5 - Joaquim José Pombinho Faria
6 - António João Tonaco Gavela
7 - Luís Maria Nunes dos Santos
8 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
9 - Luís Carlos Fialho Pardal
10 - Bernarda Julieta da Noite Cota
11 - Isidro José de Oliveira Lobo
12 - Redolfo Constantino Pereira
13 - José Vitorino Piteira
14 - Joaquim António Filipe Pimpão
15 - Maria Antónia Mendes Zacarias (em substituição de David Miguel Mirrado Lopes)
16 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
17 - Luis Miguel Caeiro Nico Ramalho
18 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
19 - Francisco Manuel Branco de Brito
20

21 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 22 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
23 - Bárbara Cristina Lopes Moraes da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão
24 Calixto)
25 - Manuel Pedro Martins Santos Chambel dos Giões (em substituição de Henrique Eva
26 Ferreira Carvalho Sim-Sim)
27 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
28 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
29 - Patrícia José Correia Raposinho
30

31 **Ausente:**

- 32 - Alexandre Manuel Rosa Varela
33

34 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

36 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e
37 questionou se alguém pretendia intervir, não tendo havido nenhum pedido.
38

39 II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

41 Ponto Único – Alteração do Plano Diretor Municipal de Évora.

43 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que aquela Sessão Extraordinária foi
44 requerida pela Bancada do Partido Socialista e deu a palavra ao Deputado Natanael Vinha
45 para fundamentar a convocatória daquela Assembleia.
46

47 **O deputado Natanael Vinha** começou por cumprimentar todos os presentes e apresentou um
48 ponto prévio para requerer, nos termos do Regimento, a duplicação dos tempos que têm à
49 disposição para a discussão aquele assunto.
50

1 **O deputado Bruno Martins** saudou todos os presentes e solicitou ao Presidente da
2 Assembleia o esclarecimento sobre qual é o Artigo do Regimento que prevê aquela proposta.
3

4 **A deputada Elmina Lopes** cumprimentou todos os presentes e disse que, de facto, tem havido
5 aquela prática da duplicação de tempos quando a discussão vai adiantada e concluem que é
6 pertinente duplicar os tempos, mas que naquele momento gostariam de ser esclarecidos sobre
7 o que é que vão discutir para então poderem avaliar a proposta do deputado Natanael.
8

9 **O deputado Natanael Vinha** informou que era feito ao abrigo do Artigo 33º do Regimento
10 da Assembleia e que aquele requerimento, feito naquele momento, era para não ficarem
11 dependentes da discussão que viesse a ocorrer.

12 Considerou não serem precisos muitos mais esclarecimentos sobre a razão da convocação
13 daquela Assembleia naquela fase porque uma alteração ao Plano Diretor Municipal de Évora,
14 com a amplitude que lhes foi apresentada era motivo suficiente para a Assembleia Municipal
15 reunir, as vezes que os membros da Assembleia que subscreveram o Requerimento a solicitar
16 aquela discussão o façam, é suficientemente importante para o Concelho e para o futuro para
17 não ser preciso mais nenhuma explicação e expressou que cada Bancada teria a oportunidade
18 de conduzir a discussão no sentido que entendesse mais profícuo para a sua posição, para
19 defender as suas ideias ou para desmerecer das ideias de outros, era o que estava ali em causa
20 e o que se pretendia fazer.

21 Recordou que têm assistido nas Assembleias Municipais ao problema de o senhor Presidente
22 da Câmara ter pouco tempo para responder às muitas perguntas colocadas, pelo que com a
23 duplicação dos tempos garantiam que o senhor Presidente da Câmara teria também o dobro
24 do tempo, o que não significava que todos usassem o seu tempo máximo, e também por uma
25 outra razão adicional que existindo 12 Freguesias no Concelho de Évora, se cada Presidente
26 de Junta falasse 3 minutos seriam 36 minutos, ou seja, 1/3 do tempo seria consumido só para
27 apresentarem as questões relacionadas com o PDM de cada Freguesia, e considerou que as
28 Freguesias merecem mais e que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia não deviam
29 estar limitados a terem que à pressa dizer o que lhes aprovou, portanto, pareceu-lhe que o
30 assunto tem conteúdo, importância e dignidade suficiente para em vez de gastarem 160
31 minutos gastossem 320 minutos e disse que estava suficientemente esclarecido a razão do
32 pedido de duplicação do tempo.
33

34 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver mais pedidos de intervenção,
35 submeteu a proposta de Duplicação dos Tempos, a votação.
36

37 **Deliberação da Duplicação dos Tempos:**

38 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.
39

40 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao deputado Natanael Vinha.
41

42 **O deputado Natanael Vinha** leu o seguinte documento, que se transcreve na íntegra.
43 “A Assembleia Municipal de Évora reúne aqui hoje para discutir, antes da discussão pública
44 formal, a alteração do Plano Diretor Municipal de Évora, o ainda não suficientemente
45 conhecido PDME. Esta alteração decorrente da obrigatoriedade de adaptação dos planos
46 municipais que tratam do ordenamento do território a uma lei de 2014. Repito 2014! Em
47 pleno primeiro mandato da gestão CDU de Évora neste século. Dai até 27 de outubro de 2021
48 nada aconteceu de relevante. E se aconteceu foi quase clandestino e às escondidas.
49 Mais de 9 anos depois, aqui chegados, o que sabemos:

1 - Sabemos que a CME de gestão CDU parece achar que quanto mais tarde propuser,
2 melhores serão as hipóteses de condicionar tudo e todos para - mesmo não tendo uma maioria
3 na Câmara nem na Assembleia - impor as suas opções.

4 - No que toca à Assembleia Municipal - órgão onde têm assento os que são eleitos diretamente
5 e os Presidentes de Junta de Freguesia — o que poderíamos esperar da CDU seria sermos
6 confrontados, no fim do prazo, no último dia, na última hora, depois de vários simulacros de
7 discussão, com uma inevitabilidade, alguns minutos de discussão e um processo fechado de
8 tudo ou nada.

9 - Pois para garantir que no fim não ouviremos dizer que não discutimos mais porque não
10 quisemos, aqui estamos hoje. Onde não só se faz uma discussão formal como se dá uma
11 oportunidade aos cidadãos intervirem, de viva-voz, também formalmente, apesar das
12 condições pouco propicias do espaço onde nos encontramos, numa cidade com universidade,
13 teatro e palácios, este foi o melhor espaço que se encontrou, enfim...

14 Este processo começou tarde e mal. O envio unilateral para a CCDR, apenas em outubro de
15 2021, sem integrar contributos e eventuais alterações é já uma mácula que não desaparecerá.
16 Não desaparecerá, pelo que significa e pelos efeitos que ainda hoje se fazem sentir,
17 nomeadamente quando é esse documento que serve de justificação para nada do que foi sendo
18 discutido no processo desde aí integrar o documento da discussão pública formal que se irá
19 realizar. Também esta consulta pública formal parece ser já feita manifestamente atarde para
20 que o processo seja concluído em tempo caso não estejamos todos de acordo à primeira.

21 Aqui chegados, perguntas existem, muitas, e esperamos hoje ouvir respostas e compromissos:
22 Afinal o que defende o executivo municipal?

23 Que estratégia?

24 Que opções?

25 Como o pretende fazer?

26 Pretende tratar de igual forma as situações iguais?

27 Pretende permitir o desenvolvimento das Freguesias Rurais?

28 O cidadão comum, e diria mesmo os membros desta assembleia Municipal não têm de ser
29 versados ou condecorados, da ciência por detrás da gestão do território. Interessará - digo
30 eu que não podendo falar por todos, tenho a obrigação de falar por muitos - saber qual o
31 efeito que essas políticas produzirão, no curto, médio e longo prazo. O impacto que terá nas
32 nossas vidas e na vida do nosso concelho e quais as suas perspetivas futuras.

33 Pode elaborar sobre o assunto se não se importa Senhor Presidente da Câmara?

34 Aqueles que não fazem da sua profissão ser presidente de câmara a vida toda, precisam saber
35 com clareza o que está em causa e o que significam as mudanças, de forma curta, clara e
36 concisa. Não basta colecionar um conjunto de propostas de alteração a uma proposta inicial,
37 feita às escondidas, para que nos esqueçamos do caminho feito até aqui. Diga-se em abono
38 da verdade que o trabalho da equipa que produziu recentemente o Relatório de Discussão
39 Pública Informal recentemente amenizou um pouco o déficit de conhecimento que estou certo
40 ainda existe. Aquilo que se exige e que pouco temos tido, neste e outros casos, é
41 transparência. Os indicadores conhecidos relacionados com a transparência da ação
42 municipal apontam o retrocesso. Ao contrário é muitas vezes sonegada informação, muitas
43 vezes atrás de documentos e relatórios de dezenas e centenas de páginas, cheias de definições
44 e conceitos indeterminados cujo significado apenas se conhece no dia que os mesmos
45 impedem de realizar, empreender, construir, evoluir, enfim viver.

46 Nesse dia a CDU e os seus eleitos estarão na primeira fila da contestação e acusação a um
47 qualquer poder distante, interesses obscuros, más intenções, incapacidades e conspirações.
48 Talvez até a exigir a boa vida, quem sabe.

49 - Não há habitação? Ah, isso é culpa do governo central! Apesar dos meios disponibilizados.

50 - Não há terrenos ou possibilidade para a instalação de empreendimentos vários? Ah, isso é
51 porque o PDM não deixa, ou não há apoios.

1 - As freguesias rurais estão a ficar desertas? Ah isso é porque ninguém quer saber do interior.
2 - As estradas e infraestruturas estão uma lástima? Ah isso é porque não existem programas
3 financeiros.
4 - Chegamos ao cúmulo de passar a vida a ouvir queixas sobre a falta de fundos comunitários
5 da boca de quem não é capaz de utilizar a maior parte dos que estão disponíveis.
6 - Exigência máxima para outros, competência mínima demonstrada. Aliás, se alguém
7 transfere competências estás são recusadas e malditas como se da peste se tratasse.
8 Não basta exigir apenas. Por exemplo, reconheço e observo que esta Assembleia Municipal,
9 que integro e em cujo trabalho tenho a minha quota parte de responsabilidades, tem, no tempo
10 em que vivemos, talvez das piores páginas online de todo o país, sendo Évora uma capital de
11 distrito e a capital do Alentejo. Não basta transmitir as sessões online e fazer assembleias
12 ordinárias 4x por ano ou convocar reuniões extraordinárias quando é preciso aprovar
13 alguma coisa à última da hora. É preciso fazer mais que assembleias por grupos etários,
14 iniciativas desgarradas ou audições de sábios para disponibilizar informação e zelar pela
15 qualidade das decisões. Se forem necessários recursos então eles que apareçam, não será por
16 falta de funcionários ou meia dúzia de euros que o que é necessário se deixará de realizar,
17 até porque dinheiro à rua já vimos que existe e muito.

18 Pois para terminar:

19 Sabemos que existem dificuldades, todos aqui as sentimos, na política, na saúde publica, nas
20 distâncias e na mobilidade, na economia, os excluídos e carentes, desafortunados e
21 desenganados, com ou sem pandemia, nas guerras e catástrofes (é melhor não falar de
22 guerras hoje) ...

23 Somos a favor de que se preserve o mais possível o solo, mas também a disponibilidade de
24 solo urbano ou urbanizável no concelho. O contrário só agravará a falta de habitação e o
25 preço do alojamento para quem dele ainda necessita a preços compatíveis com os seus
26 rendimentos.

27 Precisamos de mais habitação e precisamos de mais habitação acessível, tal não se
28 conseguirá com o aumento da escassez de solos com capacidade de edificação e a imposição
29 de encargos exagerados sobre os mesmos.

30 Precisamos de áreas para acolhimento de atividades económicas e também elas necessitam
31 de ser previstas.

32 Precisamos de um espaço público de qualidade e é conhecida a incapacidade que tem sido
33 demonstrada pelo poder instalado nesse domínio.

34 Precisamos de boas práticas e de boas avaliações dos problemas, que sejam geradas boas
35 soluções, precisamos de previsibilidade e estabilidade, não precisamos de agendas
36 escondidas nem decisões pouco claras.

37 Precisamos de soluções sustentáveis e que ao mesmo tempo possibilitem um desenvolvimento
38 equilibrado e não retrocesso ou voltar ao seculo passado.

39 Precisamos aproveitar e potenciar o que temos e não que tudo fique na mesma como estamos
40 habituados. Há certas dimensões da nossa existência enquanto território, enquanto povo
41 enquanto cultura que não se compadecem de favoritismos, inação ou retrocesso.

42 Ouvimos as Juntas de Freguesia permanentemente a queixarem-se da falta de respostas, de
43 apoio e colaboração. Sabemos da relutância em por um lado aceitar e por outro delegar e
44 transferir responsabilidades e competências, sabemos da desculpabilização permanente com
45 outros. Pela minha parte confesso uma certa falta de vagar e impaciência para com a falta
46 de respeito que se constata, respeito que tanto se prega e exige e tão pouco se pratica e
47 oferece.”

48 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

1 **O Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que foi
2 informado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de que tinha sido convocada uma
3 Assembleia Municipal Extraordinária para discutir a alteração do PDM, mas não se
4 conhecendo nenhum documento nem nenhuma proposta dos requerentes relativamente àquela
5 matéria, bem como o pedido para disponibilizar técnicos para estarem presentes, pelo que
6 procurando corresponder àquele pedido do senhor Presidente da Assembleia que lhe merece
7 o maior respeito, solicitou à Equipa Técnica, que assegura o processo de alteração do PDM,
8 para estar presente, agradecendo a sua presença, e disponibilizou também uma apresentação.
9

10 Procurando responder com factos concretos, realçou que o primeiro facto tem a ver com a Lei
11 dos Solos, aprovada em 2014 e com uma alteração em 2015 de iniciativa do PSD e
12 acompanhada mais tarde pelo PS, que tinha a ideia positiva de que havendo perímetros
13 urbanos extraordinariamente vastos por todo o país e um conjunto muito significativo de áreas
14 urbanas infraestruturas nos centros urbanos que não estavam urbanizadas, dever-se-ia avançar
15 para a urbanização dessas áreas em vez de se avançar com novas periferias das cidades, novas
16 extensões de infraestruturas onerosas que obrigavam a maiores investimentos e dificuldades
17 de manutenção.
18

19 Esclareceu que não acompanharam aquela Lei dos Solos porque ela não previa o papel que
20 entendem que o Estado deveria ter na salvaguarda das questões de habitação, em particular a
21 resposta à habitação pública, e na concessão de instrumentos suficientes de Ordenamento do
22 Território para poderem intervir àquele nível, porque a situação decorre fundamentalmente do
23 princípio de que aqueles solos existirem mas os Municípios não têm instrumentos para dizer
24 aos proprietários para urbanizarem, o proprietário pode urbanizar ou não, pode dizer com toda
25 a legitimidade que tem aquele terreno mas não o quer urbanizar e ficam num impasse, porque
26 a Lei dos Solos sofreu uma profunda alteração naquilo que eram as suas orientações anteriores,
27 que previam a expansão dos perímetros urbanos e era o que se fazia antes em todos os PDM.
28

29 Destacou que pela primeira vez, em 2014, a Lei declara que têm que reduzir os perímetros
30 urbanos, para tal alterou a Lei dos Solos que tinha as classificações de solo urbano, solo
31 urbanizável e solo rústico, acabando com a classificação do solo urbanizável, que é aquele
32 que não está urbanizado, não existem intenções de urbanizar, não tem infraestruturas e que ou
33 é urbanizado dentro do prazo que é definido por instrumento do território ou passa a solo
34 rústico, é o que a Lei dos Solos diz, portanto, os Planos Diretores Municipais têm que se
35 adaptar àquela Lei.
36

37 Salientou que os Municípios analisaram a Lei e os que entenderam que deveriam adaptar os
38 Planos avançaram, outros que entenderam que não valia a pena fazer a adaptação, como no
39 caso de Évora, porque não era uma prioridade, não tinham no território problemas
40 significativos àquele nível que justificassem aquela alteração e porque não haviam
41 consequências, mas, pouco antes da pandemia, o Governo afirmou que era mesmo para se
42 fazer a alteração e, ou os Municípios adaptavam o PDM àquela Lei dos Solos no prazo
43 estabelecido até ao final de 2022 ou perdiam o acesso aos Fundos da União Europeia, aos
44 Fundos Nacionais e a capacidade para fazer um conjunto de operações urbanísticas, ou seja,
45 passaram a haver penalizações.
46

47 Perante aquela ameaça de penalizações, disse que entenderam avançar para aquela opção,
48 assim como mais de 200 Municípios, mas com a pandemia o prazo para fazer aquela alteração
49 reduziu-se, mas a Lei impunha que a primeira reunião de concertação, porque o PDM não é
50 alterado apenas pelo Município, tem que ter o acordo unânime de dezenas de entidades que
51 reúnem numa Comissão que é convocada pela CCDR, em que tinham como data limite 31 de

1 março de 2022 e, portanto, decidiram abrir o processo de alteração do PDM, e face ao apertado
2 prazo do processo, optaram por avançar com uma proposta, que sabiam que teria que ser
3 alterada porque não tinham os dados suficientes para apresentar uma proposta final, que iriam
4 apresentar para tentarem o consenso na Comissão de Acompanhamento, para em simultâneo
5 e depois ao longo do tempo procederem às alterações necessárias para que os impactos
6 negativos fossem o menos possível, foi o que se aprovou na altura, e, de facto, foram dos
7 poucos que conseguiram realizar a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento na
8 CCDR que, curiosamente, reuniu no dia 31 de março 2022.

9
10 Realçou que o Poder Central, confrontado com aquela situação, verificou que centenas de
11 Municípios não tinham conseguido fazer a alteração ao PDM pela simples razão de não ter
12 sido possível fazerem as reuniões das Comissões de Acompanhamento e, por isso, adiaram o
13 prazo para final de 2023, o que lhes deu mais tempo para fazerem aquilo a que se tinham
14 comprometido, que foi ouvir todas as pessoas que quisessem participar, e não apenas na
15 discussão pública formal que estava prevista na Lei, mas também previamente na discussão
16 pública informal em reuniões abertas na Cidade e em cada uma das Freguesias, para que todas
17 as pessoas pudessem intervir e colocar as questões, fizeram o atendimento a todas as pessoas
18 que solicitaram ou que enviaram documentos sobre a alteração do PDM, e também para
19 puderem explicar o que estavam a fazer.

20
21 Esclareceu que a alteração do PDM não é a revisão do PDM, que a alteração que estão a fazer
22 é apenas, e sublinhou apenas, para adaptar à Lei dos Solos e nada mais do que isso, portanto,
23 quando dizem que não têm estratégia nem visão, clarificou que não têm nem têm que ter
24 porque não faz parte da alteração do PDM, que fará parte da revisão do PDM que querem
25 fazer a seguir e que o teriam feito se tivessem tido tempo, porque na revisão do PDM teriam
26 feito ao mesmo tempo a adaptação à Lei dos Solos e a discussão para a alteração da versão do
27 PDM que está em vigor.

28
29 Sublinhou que fizeram o levantamento de todas as situações, de todos os processos existentes
30 na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara, e olhando para a Lei dos Solos e para os
31 processos que tinham, foram adaptando para produzir aquele documento que foi distribuído e
32 que é o resumo do Relatório da discussão preliminar e informal sobre a alteração do PDM,
33 com a análise caso a caso de todas as situações, porque o correto foi aceitar todas as situações,
34 em que houve um conjunto de situações que não se enquadravam na alteração do PDM mas
35 que podiam ser consideradas para a revisão do PDM, mas também tiveram processos que
36 levantaram dúvidas por falta de elementos e que foi necessário aprofundar, quer com os
37 promotores, quer internamente ao nível da Câmara, para poderem fazer uma análise e
38 posteriormente tomarem uma decisão no âmbito da discussão pública formal.

39
40 Expôs que o que propõem agora é a abertura da discussão pública formal, ou seja, ainda vai
41 haver uma discussão pública aberta a toda a gente, para além de toda a discussão pública, de
42 todas as intervenções e de todas as posições que já fizeram, vão ter ainda, como manda a Lei,
43 a discussão pública formal onde toda e qualquer pessoa pode ainda propor aquilo que entender
44 relativamente à alteração do PDM, o que obrigatoriamente terá que ser analisado pela Câmara,
45 e depois de ser aprovado pela Câmara terá que ser aprovado pela Assembleia Municipal.

46
47 Salientou que é aquele o processo e não mais do que aquilo, feito com toda a transparência e
48 com todos os documentos à disposição, pelo que estranhou aquela afirmação de que é
49 sonegada informação porque apresentam informação a mais, o que é verdadeiramente
50 espantoso, mas continuarão a dar a informação que for necessária, que têm trabalhado com
51 todos os Eleitos no sentido de analisarem cada um dos processos, examinarem qual é a

1 situação de cada um dos processos, acolherem os que podem ser acolhidos na alteração do
2 PDM e poderem explicarem as razões, do ponto de vista legal, aos que terão de ir para a
3 revisão do PDM, é o que tem sido feito com todos os Eleitos da Câmara e com boas conclusões
4 porque as questões colocadas têm tido respostas, embora nem sempre houvesse acordo, mas
5 em mais de 90% das situações esse acordo foi estabelecido sem quaisquer dúvidas, e ainda
6 terão a discussão pública formal para poderem aprofundar aquela questão e discutir o que é
7 que querem fazer.

8
9 Informou que em termos da alteração do PDM estão a meio do processo, que na próxima
10 reunião de Câmara irão apresentar, uma vez mais, a proposta de abertura da discussão pública
11 formal, que tem sido retirada sempre que algum Vereador levanta alguma questão, alguma
12 dúvida, faz algum pedido de mais esclarecimentos para que possa ser esclarecido, para que
13 possa ser discutida a situação, esperam que na próxima reunião de Câmara já o grosso das
14 questões estejam esclarecidas e possa haver uma votação que permita abrir a discussão pública
15 formal, porque não vão votar a alteração do PDM, vão votar apenas a abertura da discussão
16 pública formal sobre a alteração do PDM.

17
18 Concluiu afirmando que não era verdade que nada tivesse sido alterado ou que os documentos
19 fossem os mesmos, porque uma questão assumida pelo Presidente da Câmara, como
20 Presidente da Câmara eleito pelos cidadãos, foi que como não podem alterar o acordo inicial
21 que foi feito no âmbito da Comissão de Acompanhamento, então juntavam para a discussão
22 pública formal o relatório da discussão pública informal em que se assumiu um compromisso
23 de que na discussão pública aqueles pontos que já estão todos identificados e com os quais já
24 houve acordo para fazer a alteração, serão assumidos no âmbito da discussão pública e todos
25 sabem, desde logo, o que é possível alterar ou não, para além daquilo que ainda possa surgir
26 na discussão pública formal.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a apresentação do processo de**
29 **alteração do PDM pela Equipa Técnica.**

30
31 **Deliberação da apresentação pela Equipa Técnica:**
32 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

35
36 **O Presidente da Câmara** reafirmou que o documento distribuído é a proposta de alteração
37 do PDM, constituído por um vasto conjunto de documentos, nomeadamente plantas, pelo que
38 não seria possível fazer uma apresentação exaustiva da proposta, excepto se a Assembleia
39 assim o entendesse e também estariam disponíveis. Explicou que solicitou à Equipa que
40 procurasse fazer uma síntese da alteração do PDM para que a Assembleia pudesse, de alguma
41 maneira, ficar melhor esclarecida sobre a matéria, com a ressalva de que estão a apresentar
42 uma síntese, que aprofundarão tudo o que entenderem, mas, como compreenderão, não
43 pretendem discutir situações concretas ou situações pessoais, por razões que são óbvias, mas
44 sim discutir as questões globais da alteração do PDM.

45
46 **O Presidente da Câmara** apresentou a Equipa Técnica constituída pelo Arquiteto Pedro
47 Fogaça, Chefe da Equipa e Chefe da Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, o
48 Arquiteto Eduardo Miranda e o Dr. Carlos Borralho, para fazerem a apresentação da alteração
49 do Plano Diretor Municipal.

50
51 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Equipa Técnica para fazer a
apresentação, cujo documento faz parte integrante da presente Ata.

1
2 **“ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**
3 *Relatório da Discussão Pública Informal”*

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Equipa Técnica a exposição detalhada
6 e considerou que, embora naturalmente difícil de acompanhar para quem não está
7 familiarizado com aqueles aspectos técnicos, foi seguramente bem elucidativa no seu sentido
8 geral.
9

10 **O deputado José Piteira** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que aquela
11 apresentação foi uma repetição das outras duas em que já esteve presente, uma na Sala dos
12 Leões na Câmara Municipal e outra na Freguesia de Nossa Senhora de Machede, em que não
13 há nada de novo, mas como o Senhor Presidente da Câmara disse que não irão individualizar
14 não viu muita utilidade de continuar naquela reunião ou que ela fosse útil para a sua Freguesia
15 porque tinha alguns pontos que gostaria de colocar à Equipa Técnica, sempre em relação à
16 Freguesia de Nossa Senhora de Machede que representa e que gostaria que fossem levadas
17 em conta.
18

19 **O Presidente da Câmara** esclareceu que da parte da Câmara não há nenhum problema em
20 discutir Freguesia a Freguesia e deixou claro que da parte da Câmara podem usar o tempo que
21 desejarem porque estão disponíveis, mas como estão a falar de 12 Freguesias e de vários
22 aglomerados, do ponto de vista prático terá que ser a Assembleia a dizer como é que quer
23 discutir, e que a única coisa que disse foi que lhe pareceu que não seria de discutir numa
24 reunião como aquela os casos individuais, específicos, pessoais, porque têm que ter algum
25 cuidado na sua discussão por envolver nomes de promotores, de pessoas, de proprietários,
26 etc., mas, de resto, estão disponíveis para discutir tudo.
27

28 Recordou que têm discutido Freguesia a Freguesia e o que fizeram foi a partir da primeira
29 planta alterar essa planta, que ali apresentaram, mas no documento distribuído está explicitado
30 Freguesia a Freguesia e caso a caso o que é que já aceitaram e, como puderam ver, a verde
31 está o que foi aceite, a vermelho o que não foi possível aceitar porque não está no âmbito da
32 alteração do PDM e a castanho as situações que ainda estão a ser aprofundadas, portanto, a
33 explicação está toda no documento que foi distribuído à Assembleia Municipal mas o Senhor
34 Presidente e a Assembleia decidirão como é que querem discutir aquele assunto.
35

36 **O deputado José Piteira** disse que então iria fazer a sua apresentação e começou pelo plano
37 que foi apresentado no relatório onde constam 82 pontos e que em relação a Nossa Senhora
38 de Machede têm cinco pontos, o 15, o 16, o 17, o 18 e o 19, mas como o Senhor Presidente
39 da Câmara disse que aquela alteração era só para adaptar o Plano e cumprir a Lei dos Solos e
40 nada mais, quis deixar ao grupo de trabalho as seguintes dúvidas:
41 - no ponto 15, que tem a ver com as áreas verdes e urbanas, se é mesmo necessária aquela
42 alteração da Lei dos Solos;
43 - no ponto 16, não teve nada a apontar;

44 - no 17, que tem a ver com a ampliação das atividades económicas, o que leu tanto dá para
45 sim, não ou talvez, e ficou na dúvida sem ter uma noção do que é que o grupo propõe;
46 - no ponto 18, que é a integração no solo urbano de um prédio na Estrada Municipal 1095, diz
47 que a unidade de águas e saneamentos emitiu um parecer de que pode ser uma execução um
48 pouco dolorosa ou muito onerosa em termos de custos e que depois haverão mais explicações
49 pormenorizadamente;

50 - no ponto 19, que é a construção de uma adega que tem a ver com a alteração das zonas
51 industriais, mas também diz, entre várias coisas, que a construção da adega é um espaço de

1 atividades económicas e que a viabilidade da instalação depende da característica da adega, e
2 não sabe o que é que o grupo de trabalho precisa de saber, mas o que se pretende é ter um
3 equipamento que dê para transformar 2 milhões de quilos de uva em vinho, que tenha 3000
4 m² de área de coberta e vários postos de trabalho, ou seja, naquela avaliação também ficou
5 um bocado confuso.

6 Solicitou que o Plano demostrasse como é que há uma redução de 20% da Área Urbana, no
7 geral e na sua Freguesia, em que mesmo assim Nossa Senhora de Machede tem capacidade
8 para 166 lotes, quando de momento só tem conhecimento de 6, por isso que fizessem um plano
9 de pormenor onde acatasse os outros 160, ou seja para evitar a especulação, as incertezas dos
10 cidadãos, e já que a Câmara fez aquele levantamento de serem 160, era pormenorizar
11 exatamente no Plano onde é que são os lotes e a quantidade em cada parcela, e concordou com
12 o Grupo e com a Câmara de que se tem de massificar mais os centros urbanos, embora ponha
13 sempre em dúvida como é que com menos oferta se conseguem melhores preços e mais casas,
14 mas de qualquer das formas considerou que ajudava terem um plano de pormenor onde
15 enquadrassem todos os lotes.

16 Concluiu que na primeira reunião deixou uma planta do PDM atual e para além dos muitos
17 contributos, manifestou que deveria haver sobre a Ribeira de Machede uma segunda ponte o
18 mais junto possível à zona de atividades económicas, porque para além de ser uma ponte
19 Romana que é utilizada diariamente são os grandes transportes que a danificam e também não
20 ficarem só sujeitos a apenas uma travessia, e chamou a atenção que não a viu ali registada mas
21 considerando ser o primeiro Plano, só preliminar, vão aguardar pela discussão pública formal,
22 mas quis deixar já aquele ponto e possivelmente iria fazer por escrito.

23
24 **O deputado Luís Pardal** saudou todos os presentes e informou ter 2 questões a colocar, sendo
25 que a primeira pretende saber qual é que é a perspetiva do Senhor Presidente sobre a coerência
26 do espaço urbano periférico nas variantes norte da cidade onde existem diversos espaços
27 vazios urbanos, que são espaços privilegiados a norte da cidade e que têm um grande potencial
28 para a coerência urbana face a outros conjuntos já consolidados mas a realidade é que não têm
29 sido atrativos e também que não se pode esquecer a existência das variantes já construídas e
30 que ainda existem outros troços de variantes que não estão ainda construídos, como o caso da
31 faixa direita da Prématal que foi incluída como área Urbana, mas que tem uma redução do
32 perímetro urbano a oeste, e questionou se aquela decisão não contraria a preocupação com a
33 coerência urbana e limita precisamente a expansão.

34 Referiu que a segunda questão está relacionada com a zona do Forte de Santo António e do
35 Aqueduto da Água de Prata, referenciados como espaço cultural e conjunto monumental,
36 também é muito importante que existam mais esclarecimentos pois pretende-se aqui afirmar
37 aquele solo portanto com aquela especificidade mas que no fundo será rústico, e julga que os
38 Eborenses precisam de saber, e citou o que está inscrito “este espaço constitui uma unidade
39 morfológica funcional histórica, cultural e patrimonial com um valor arquitetónico,
40 paisagístico e natural que se pretende conservar, qualificar e valorizar”, o que é que aquilo
41 significa em concreto, como é que a Câmara pretende valorizar aquele espaço que assume
42 uma grande centralidade e como é que o Senhor Presidente vê aquele espaço, por exemplo,
43 dali a 30 anos.

44
45 **O deputado Ananias Quintano** cumprimentou todos os presentes e disse que existem muitas
46 dezenas de questões que se poderiam ali colocar em relação à sua Freguesia e que as estão a
47 estudar mais profundamente, e manifestou que, independentemente das razões, não pode
48 concordar com a diminuição do solo urbano e que certamente deverá haver maneira de
49 ultrapassar aquela situação porque há outros locais em que as coisas não são tão apertadas.

50 Referiu ter três questões a colocar, muito concretas e simples, e começou com uma
51 preocupação que têm havido na Assembleia, na Câmara e em debates públicos, que é a questão

1 do Moinho2, que após alguma pressão e tanta conversa parece que irá avançar e gostaria de
2 saber se de facto assim será.

3 A segunda questão para saber o ponto da situação sobre como vão ser classificados os terrenos
4 envolventes ao novo Hospital considerando que sabem que há projetos para aquela zona.

5 A terceira questão questionou se vai ser alterada a classificação do terreno junto às piscinas e
6 qual vai ser a sua utilização, já que fracassou a construção da residência Universitária.

7
8 **A deputada Florinda Russo** saudou todos os presentes e realçou a questão da diminuição do
9 solo urbano para as Freguesias, que não vê de bom grado porque querem expandir e não
10 diminuir a extensão da sua localidade.

11 Em relação à questão das infraestruturas das atividades económicas e do que foi alterado, disse
12 que só naquele momento teve conhecimento, porque não lhe chegou aquela informação antes.
13 Sobre a questão do terreno que fica entre a IP2 e a sua localidade, que era um terreno urbano
14 que, supostamente com a alteração que estão agora a fazer, ficará como terreno rústico, sendo
15 uma pequena faixa que fica encravada que não vai servir nem para rústico nem para
16 habitacional, que já estava como habitacional e têm conhecimento de que existem projetos já
17 elaborados que só não seguiram porque não houve a aprovação da parte da Câmara Municipal,
18 realmente deixarem de ser urbanos para serem rústicos estão a voltar para trás e pensa que é
19 de se repensar novamente e tentar manter aquilo que estava.

20
21 **O deputado Redolfo Pereira** começou por cumprimentar todos os presentes e disse que vê
22 com alguma preocupação aquela alteração do PDM, principalmente nas Freguesias rurais, em
23 que a redução dos perímetros urbanos é muito preocupante porque, e pediu desculpa por
24 utilizar aquela palavra nos tempos que correm, vai matar completamente o trabalho diário que
25 todos Presidentes de Junta têm no seu território para manter os serviços públicos, a escola, o
26 jardim de infância, a creche, o multibanco, o Centro de Saúde, terem uma rede de
27 comunicações que lhes permita trabalhar em condições de igualdade como têm as Freguesias
28 urbanas, e aquela diminuição dos perímetros urbanos é muito preocupante porque também
29 não conseguem captar população por estarem muito limitados ao nível da área urbana.

30 Em relação ao documento expôs a correção no ponto 5 relativo à Boa Fé, sobre a pretensão
31 da Junta de Freguesia que tem a ver com a delimitação da área de atividade económica e o
32 que está transcrito é que a Junta propôs que fosse feita no espaço que é agora do Grupo
33 Desportivo, mas o que a junta propôs foi que fosse feita junto ao Grupo Desportivo e não no
34 Grupo Desportivo.

35 Por forma perceber todo aquele processo e, em especial, relativamente ao início com o
36 documento que foi entregue na CCDR a 31 de março de 2022, questionou se houve algum
37 contributo dos Presidentes de Junta para aquele documento porque, como já o disse diversas
38 vezes, não há ninguém que conheça melhor os territórios do que os Presidentes de Junta e por
39 isso quis saber se na génese daquele documento, portanto anterior ao 31 de março de 2022, se
40 houve alguma participação, algum contributo do dos Presidentes de Junta.

41
42 **O deputado Francisco Brito** saudou todos os presentes e disse pretender colocar algumas
43 questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente em relação ao que foi
44 dito na apresentação, de que há 41% do solo urbano que não está efetivamente urbanizado e
45 que apenas 29% das zonas habitacionais foram executadas, portanto gostaria de saber quantos
46 processos, desde que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou posse pela primeira
47 vez, portanto em 2013, foram dinamizados pela Câmara Municipal ao obrigo do artigo 117º
48 do Plano de Urbanização de Évora para reverter precisamente aquela situação e para que
49 fossem urbanizadas.

50 Relativamente ao artigo 37º da Lei dos Solos, perguntou quantas casas foram reabilitadas por
51 iniciativa da Câmara Municipal de Évora desde 2014, que foi quando a Lei foi aprovada, e

1 que na sua alínea h) fala precisamente da revitalização de Centros Históricos, portanto o que
2 é que a Câmara Municipal fez sobre aquela questão.

3 Acerca dos critérios de classificação do solo urbano, comprehende que sejam subjetivos de
4 acordo com o que foi apresentado, mas dentro daquela subjetividade há muitas zonas de fora
5 do perímetro urbano que poderiam ser precisamente classificadas ou reclassificadas como solo
6 urbano, nomeadamente muitas zonas de quintinhos que têm a maior parte das infraestruturas
7 e dos acessos e são servidas por elas, portanto poderiam ser reclassificados.

8 Referiu a questão dos critérios que de facto deveriam ser melhor definidos, até porque a
9 própria Lei fala em “parcialmente urbanizado”, portanto existem muitas zonas que estão a ser
10 retiradas que poderiam ser reinterpretadas também de outra forma dentro daquela
11 subjetividade.

12 Em relação aos vazios urbanos como fundamentais para garantir a coerência urbana, que está
13 escrito naquela apresentação, comprehende bem a importância mas não comprehende a
14 descontinuidade urbana a nascente que existe naquela proposta, porque já existia antes com
15 uma profunda descontinuidade urbana e ainda fica mais vincada naquela proposta, portanto,
16 gostaria que fosse explicado, para além da questão da RAM, porque também pode ser
17 subjetiva quando falam de uma RAM junto a um perímetro urbano que crie precisamente
18 aquela descontinuidade e coloque em causa a própria Lei dos Solos, precisamente quando
19 falam da qualidade de vida que é referida na Lei.

20 Sobre a questão que foi levantada pelo seu colega Luís Padral sobre a zona norte que sai
21 precisamente do enquadramento monumental, perguntou se pode existir no futuro um parque
22 urbano da Cidade naquela zona, ou seja, se aquela zona pode ser valorizada se estão a falar de
23 um solo rústico, como é que formalmente aquilo pode acontecer porque crê que na Lei não
24 existe espaço para aquilo, mas gostava de perceber melhor aquela situação.

25 **A deputada Paula de Deus** cumprimentou todos os presentes e referiu que tem uma única
26 pergunta para o Senhor Presidente que tem a ver com a elaboração daquele documento, com
27 a forma como deu visibilidade aquilo que têm sido as propostas dos Vereadores do Partido
28 Socialista e da forma como o documento foi apresentado, ficou-lhes a ideia genérica de que o
29 Senhor Presidente tomaria as propostas dos Vereadores do Partido Socialista no conjunto ou
30 não, portanto gostariam de reforçar a importância delas terem visibilidade política que têm
31 que ter, porque quando se diz que aquele documento, é verdade, não é um documento de
32 estratégia porque não é uma revisão do Plano mas há uma estratégia e falaram de várias
33 opções.

34 Disse que ouviram atentamente tudo o que foi dito e há opções, como sempre em política e
35 mesmo nas questões técnicas há opções, e decorrente da oportunidade daquela alteração conter
36 opções que os Vereadores do Partido Socialista, de forma extremamente construtiva,
37 contribuíram para o avanço daquele plano, daquele documento e para o avanço daquilo que é
38 uma malha mais coerente, mais consistente, daquilo que é a Cidade de Évora e das suas
39 Freguesias e, gostariam que de facto as propostas, os contributos que têm dado que
40 aparecessem de forma discriminada, tal como estão os contributos das Juntas de Freguesia, e
41 não percebem porque é que não estão, portanto consideram que é fundamental que a visão
42 que o Partido Socialista tem dado, através dos seus Vereadores pelo o trabalho que têm feito
43 na Câmara Municipal, fosse ali vertida e que tivesse a visibilidade política que deve ter, porque
44 é um órgão político e é naquele político que estão.

45 **O Presidente da Câmara** reafirmou que a abertura da discussão pública permitiria que
46 durante 30 dias se voltasse a fazer todas as análises das situações, que voltassem a ser
47 colocadas quer situações que porventura foram esquecidas no período da discussão pública
48 informal quer as que resultando da discussão pública informal ainda assim permaneceram
49 dúvidas.

1 Esclareceu que o problema foi a metodologia, de não poderem a alterar a proposta que foi
2 consensualizada da Comissão de Acompanhamento porque significaria, por Lei, recomeçar o
3 processo e não daria tempo para o fazer, por isso tomaram a opção de incluir todas as propostas
4 que fossem possíveis no âmbito da discussão pública formal e também fizeram aquele quadro
5 que identifica um conjunto de propostas que foram aceites e algumas que ainda estão a ser
6 aprofundadas.
7

8 Sobre as questões ligadas à Cidade recordou que estão a ser discutidas no âmbito da revisão
9 do Plano de Urbanização que está a decorrer, que estava concluída a sua primeira fase de
10 diagnóstico que iria ser apresentado primeiro aos Eleitos da Câmara e da Assembleia
11 Municipal no próximo dia 30 pelas 17 horas para uma primeira apresentação e depois a
12 apresentação ao público.
13

14 Reforçou que a revisão do Plano de Urbanização da Cidade está em curso, portanto estão a
15 falar de estratégia relativamente à Cidade, têm aquele espaço para discutir aquele tipo de
16 questões e, portanto, não iria ali abordar algumas questões que estão no âmbito do Plano de
17 Urbanização, mas não no âmbito do Plano Diretor Municipal. No entanto, porque foram
18 colocadas algumas questões mais estratégicas, referiu que a zona do Parque Monumental é a
19 zona onde têm um conjunto vasto de Monumentos de vários tipos, têm o Aqueduto, a
20 proximidade do Centro Histórico e o Forte ao lado, a Fundação Eugénio de Almeida, São
21 Bente de Castres, portanto têm ali um vasto conjunto e a ideia é que naquela zona possa vir a
22 ficar, como aliás já foi consensualizada na Câmara, o futuro Pavilhão de Congresso, pavilhão
23 multiusos do Município, e toda aquela zona entre porta de Aviz que é estendida até São Bente
24 de Castres possa ter um tratamento global com uma visão, essa sim, que tem que ser de prazo
25 de 10 anos, de 20 anos, no sentido de dar uma coerência urbana, de ter ali uma zona verde
26 mas também um conjunto de funções novas que possam fazer aquela ligação.
27

28 Disse que lhes pareceu que aquela era a melhor localização porque aquele Pavilhão, que será
29 uma infraestrutura fundamental para Évora, fica suficientemente perto do Centro Histórico
30 para fazer a ligação e para valorizar toda aquela zona e também fazer a ligação com a zona de
31 maior população da Cidade que é o Bacelo, que está a ser estudada quer ao nível do Plano de
32 Urbanização quer ao nível do próprio avanço para o Pavilhão de Congressos, pavilhão
33 multiusos, e mais do que isso querem até convidar proprietários privados que estejam
34 disponíveis para poderem colaborar com o Município, a prazo, com a possibilidade de
35 poderem até encontrar soluções, acordos e parcerias para que os seus espaços possam ser
36 utilizados, por exemplo, como zonas verdes, aliás, um dos grandes proprietários daquela zona
37 até já mostrou a sua disponibilidade e estão disponíveis para fazer aquela negociação
38

39 Em relação à afirmação “não concordo com a diminuição do solo urbano”, relembrou que não
40 fariam aquela alteração do PDM, que o tem dito várias vezes e que não o fizeram antes, e só
41 o estão a fazer porque são obrigados e que ficasse bem claro que não precisavam nada de
42 retirar solo urbano, mas o problema é que a Lei os obriga, e os deputados do PS poderiam
43 falar com o seu Governo para dizer que não se haja aquela obrigatoriedade ou a penalização
44 das Câmaras.
45

46 Considerou que a discussão fundamental que está a ser colocada é no pressuposto errado de
47 que estão a retirar solo urbano logo estão a retirar a capacidade edificatória para habitação,
48 ora a opção que tomaram exatamente para contrariar aquela situação foi de que sendo
49 obrigados, e sublinhou sendo obrigados, a retirar solo urbano porque não têm projetos, porque
50 não têm infraestruturação, mas convidaram os proprietários a apresentar pedidos de
51 informação prévia ou de loteamentos, houve um conjunto deles que apresentaram e já estão

1 considerados ali, outros não apresentaram, optaram por uma outra situação, e foi dada como
2 orientação à Equipa, que foi olharem para os espaços onde têm propostas de rácios de
3 habitação muito baixos e que não estão a ser utilizadas, têm um conjunto de zonas na Cidade
4 e nas Freguesias onde há o chamado H0, habitação dispersa de grande dimensão, e que a sua
5 realização é perto do zero na maior parte do Concelho, então transformarem aqueles H0 em
6 H1, por exemplo, e a capacidade edificatória triplica, portanto, mesmo reduzindo o solo
7 urbano conseguem, ainda assim, aumentar a capacidade edificatória.

8
9 Referiu que aquela proposta foi apresentada ao conjunto das Freguesias, nalguns casos falaram
10 com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias, para explicar onde e como é que pode
11 ser feito, portanto deixou claro que aquela questão de se dizer “reduz solo urbano e portanto
12 reduz capacidade de oferecer habitação” não é verdadeira, sendo que a construção de
13 habitação não garante por si o acesso à habitação nem a redução dos preços do mercado
14 habitacional e não garante porque não têm mercado local de habitação, nem sequer têm
15 mercado nacional de habitação e os preços, na maior parte dos casos, são formados em termos
16 internacionais e sobretudo pelos fundos imobiliários, os grandes a investidores na área
17 imobiliária, que estão a determinar os preços um pouco por toda a Europa, portanto, ou
18 garantem a construção de habitação a preço acessível ou arrendamento acessível, porque se
19 for habitação por construir obviamente quem constrói habitação vai procurar tirar o maior
20 lucro possível o que é legítimo.

21 Considerou que a questão fundamental é como se resolve o problema daqueles que não têm
22 rendimentos para chegar à habitação e só há uma maneira de o fazer que é haver investimento
23 público que garanta que quem tem rendimentos baixos possa ter acesso à habitação, porque
24 aquela é que é a habitação que é decisiva e determinante para responder aos problemas de
25 habitação, que o problema não é a falta de habitação é o problema do acesso à habitação, não
26 têm falta de habitação têm o problema de acesso à habitação porque havendo dinheiro há
27 habitação, portanto tem que ser dito, tratado, avaliado claramente é o que podem fazer,
28 também se aplica às Freguesias rurais, porque na maior parte dos casos aumenta o número de
29 fogos, ao contrário do que foi ali dito, que podem ser colocados na Freguesia.

30
31 Em relação à questão do Moinho2, confirmou o que foi dito, logo no início, de que está
32 resolvido desde o primeiro momento.

33
34 Relativamente à envolvente ao Hospital relembrou que naquele momento o que têm em vigor
35 é um Plano de Urbanização que foi aprovado pelo Partido Socialista que colocou o Hospital
36 naquela zona, que a opção da CDU não ser naquela zona considerando que não era uma boa
37 localização, agora está decidido mas podiam ter logo previsto no Plano de Urbanização aquela
38 situação porque vão ter que analisar como é que se vai fazer a envolvente, alertou que todos
39 compreenderão que não defende que agora iriam permitir que se construísse tudo à volta, pois
40 seria um erro crasso do ponto de vista urbanístico, mas têm de ter algum cuidado pois os
41 desejos serão grandes, e informou que existe um conjunto de projetos que já estão admissíveis
42 no Plano de Urbanização em vigor, que têm todas as condições para poder avançar, e alguns
43 deles já estão a avançar.

44
45 Sobre a residência junta às piscinas, referiu que não é um problema da Câmara, que o terreno
46 é da Universidade, que desde o primeiro momento disse na altura ao Senhor Reitor que aquele
47 projeto era um projeto absolutamente inviável, lamentou que se tenha confirmado o que tinha
48 dito na altura e recordou que no dia em que se assinou o contrato na Universidade de Évora
49 disse à Senhora Reitora que aquele processo era inviável pela simples razão de que um projeto
50 privado para residências universitárias só seria viável se tivesse no mínimo 250 camas e aquele
51 projeto tinha 90 camas, portanto ou a Universidade encontrava uma solução que a seu ver

1 seria avançar com uma residência universitária de cariz social ou por aquela via não iria
2 resolver o problema porque a solução não é alterar o uso daquele solo, que só seria feito no
3 âmbito do Plano de Urbanização. Disse que têm mostrado disponibilidade em falar com a
4 Universidade para encontrar uma solução embora da parte da Câmara vissem com bons olhos
5 uma residência universitária de cariz social, mas a Universidade é que decidirá aquilo que
6 entenda relativamente àquela matéria.

7
8 Acerca da referência a 2014, relembrou que a Câmara estava numa situação complicada, mas
9 parece que agora isso não deve ser falado, deve ser esquecido, enterrado, mas foi em 2014,
10 por exemplo, que se desbloqueou uma questão que estava parada há 4 anos que foi exatamente
11 a entrega de 40 casas na zona das Pites, junto a à Escola, e depois todos os anos entregaram
12 uma média de 20 casas e não fizeram estardalhaço relativamente àquela matéria.

13
14 Referiu que se diz que houveram situações que não avançaram por causa da perequação e que
15 o problema seria a perequação, mas continuam a defender a perequação em determinadas
16 questões por uma questão de justiça, porque a perequação permitia aos proprietários que têm
17 terrenos por exemplo na reserva ecológica não fossem penalizados em relação àqueles que
18 têm terrenos que podem ser urbanizados, portanto, a solução seria compensar uns com outros,
19 pois não é justo que alguém que tem um terreno na reserva ecológica e outro tem um terreno
20 ao lado que pode identificar totalmente, um tem todas as valias do terreno e o outro não tem
21 valias nenhuma, portanto, é encontrar um equilíbrio entre os proprietários, o que lhe parecia
22 justo. Mas o problema não era a perequação, aliás isso provou-se quando em 2011 o Partido
23 Socialista resolveu acabar com a perequação, no pressuposto de que se acabasse com a
24 perequação se resolia o problema, mas não se resolveu problema nenhum, pelo contrário,
25 diminuíram os processos urbanísticos na Câmara de Évora, portanto o problema não era a
26 perequação, o que têm é que discutir que perequação é que pretendem de forma a ser justa
27 para os proprietários e para a construção da Cidade que querem e que necessitam.

28
29 Relativamente às alterações do Plano Diretor Municipal realçou que têm falado com todos os
30 Vereadores, confirmou que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram um conjunto de
31 propostas, como a CDU e todos os outros Vereadores apresentaram e esclareceu que na última
32 reunião com os vereadores do PS constataram que as generalidades das propostas do PS e da
33 CDU eram coincidentes, em que não haviam grandes divergências, mas o mais importante foi
34 que a maior parte daquelas propostas decorreram da discussão pública informal em que
35 fizeram aquele levantamento.

36
37 Sobre a questão da visibilidade, referiu que cada um daria a visibilidade que quisesse, se se
38 quiser que na discussão pública informal cada força política coloque um documento a dizer
39 que fez isto ou aquilo, considerou que é um direito que têm e que não vê problema nenhum
40 que o Partido Socialista, a CDU e que cada um apresente, mas sugeriu que em vez terem
41 quatro documentos a dizer o que fizeram, tivessem um documento que consensualizasse as
42 posições de todos e que identificasse aquelas posições e disse que transmitiu a todos os
43 Vereadores que estavam disponíveis para encontrar uma solução, de forma a que na discussão
44 pública formal as questões sejam o mais claras e transparentes possíveis, mas terão que ter o
45 relatório da discussão pública informal, um documento onde se diga que há um conjunto de
46 alterações que já foram aceites por todos, que já foram aceites pela equipa, que já foi feita a
47 discussão, que já estão devidamente especificadas e, parece-lhes razoável aquela situação.

48
49 **O deputado Gonçalo Costa** cumprimentou todos os presentes e disse que houve uma
50 primeira questão, no início daquela sessão, que colocou em causa a pertinência, ou
51 questionava o porquê, de ali estarem, e considerou que aquela questão estava ultrapassada

1 pelas intervenções e pelo debate que se gerou porque para além de estarem a discutir aquela
2 alteração do Plano Diretor Municipal começaram a discutir um problema que verdadeiramente
3 interessa aos Eborenses que é a questão da Habitação, porque aquela última intervenção do
4 Senhor Presidente da Câmara levantou um conjunto de questões que o preocupam
5 sobejamente e que ultrapassam em muito a questão do Plano Diretor Municipal.

6 Referiu que o Senhor Presidente disse que não conseguiria intervir nos preços do mercado ou
7 de ter uma atitude que contrariasse a evolução ou escalada de preços de mercado e disse que
8 discorda profundamente porque existem mecanismos, porque o preço da habitação é muito e
9 formado pela lei da oferta e da procura e não há excesso de habitação em Évora, porque são
10 confrontados diariamente com pessoas que os contactam porque se querem mudar para Évora,
11 querem vir trabalhar para Évora, querem vir estudar para Évora e não têm oferta que supra as
12 suas necessidades e, portanto, aquilo que questiona é que a Câmara Municipal tem
13 mecanismos, nomeadamente ao nível de Fundos Comunitários e de verbas do PRR para a
14 sua política de habitação, que permitiriam aumentar a disponibilidade de habitação social e,
15 desse modo, introduzir habitações no mercado, e a introdução de habitações no mercado quer
16 a nível de renda acessível, quer a nível de novos fogos habitacionais, quer a nível de eventuais
17 remodelações que o que o Município possa fazer, ajudar ou promover, permitiriam aumentar
18 a oferta de habitações para estudantes e retirar uma pressão no mercado da habitação e há
19 sempre mecanismos e sempre meios que o Município tem para conseguir balançar aquela
20 pressão existente e cada vez mais crescente do lado da procura e, portanto, permitia-se
21 discordar do Senhor Presidente da Câmara.

22 Sobre os licenciamentos que são solicitados à Câmara Municipal de Évora, questionou qual é
23 o prazo médio de resposta a partir do momento em que se submete uma proposta de
24 licenciamento ou de emissão de uma licença de construção, porque já passou por um processo
25 de articulação com a Câmara para a construção de uma habitação e sabe todos os
26 constrangimentos que teve com projeto pré-aprovado, sabe que não são processos lineares e
27 que não devem transmitir experiências pessoais, mas os processos de licenciamento não são
28 propriamente rápidos e céleres como acha que deveriam ser e, por isso, há um conjunto de
29 questões que, enquanto órgão eleito que tem como missão fiscalizar a atividade da Câmara,
30 considerou que aquela sessão tem sido muito reveladora e muito clarificadora das opções
31 políticas do Município, a forma como o Município se posiciona para resolver um conjunto de
32 questões prementes na vida dos cidadãos.

33 Considerou muito importante que as propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido
34 Socialista, em reunião de Câmara, sejam individualizadas porque são propostas políticas que
35 fazem a diferença nas opções políticas de cada uma das forças que estão eleitas no Município
36 e é importante que as pessoas também saibam quais são as opções políticas de cada um dos
37 partidos e de cada um dos eleitos que têm assento no órgão Municipal.

38 **O deputado Ananias Quintano** solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse
39 se, de facto, todo aquele terreno junto às piscinas é todo pertença da Universidade.

40 **A deputada Paula de Deus** congratulou-se por ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara
41 dizer que, de facto, acolhe a preocupação do Partido Socialista de consolidar o documento
42 identificando as propostas políticas e de forma perfeitamente inequívoca expressou aquela
43 posição que é a posição que têm vindo a sustentar.

44 **O deputado Francisco Brito** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara as respostas que
45 deu, mas ficou com as mesmas dúvidas que tinha, pelo que iria tentar colocar as questões de
46 outra forma.

47 Em relação à Zona Norte, o Senhor Presidente falou novamente na questão de a valorizar
48 como Zona Urbana e a sua questão tem a ver com a zona que está entre o Aqueduto e a

1 Variante, que estava parcialmente como zona verde de enquadramento monumental, e se passa
2 a solo rústico como é que pode haver um tratamento de zona verde urbana. Disse que é uma
3 questão formal porque há proprietários que tentam urbanizar lotes, mas que estão parcialmente
4 em solo rústico e em solo urbano e não conseguem sequer utilizar a zona de solo rústico para
5 transformar em zona verde.

6 As questões colocadas sobre o Plano de Urbanização têm também a ver com a apresentação
7 sobre o PDM, mas a verdade é que existe um outro instrumento e os instrumentos têm que
8 trabalhar em consonância, que é o Plano de Urbanização de Évora que tem precisamente um
9 mecanismo no artigo 117 que fala sobre a dinamização de iniciativas urbanísticas dos setores
10 privado e cooperativo, ou seja, no fundo é a capacidade que a Câmara tem de promover a
11 urbanização de terrenos que não sejam urbanizados junto dos proprietários, estabelece linhas,
12 por exemplo na alínea c) diz precisamente “substituir-se-á aos proprietários caso estes não
13 demonstrem interesse ou dinamismo suficiente recorrendo a qualquer processo de aquisição
14 ou de associação Câmara/Proprietários” e depois na alínea d) que diz “uma vez na posse do
15 terreno, se for o caso, procederá à sua ocupação de acordo com o programa elaborado de forma
16 direta ou indireta através da sua venda em aasta pública ou acordo direto com cooperativas”,
17 portanto a Câmara Municipal nem sequer pode alegar que não tem dinheiro para fazer isto
18 porque pode simplesmente fazer ou então recorrer a crédito, como até o Senhor Presidente
19 concorda com aquela metodologia, para comprar e a seguir vender, portanto, a Câmara
20 Municipal efetivamente pode ter uma posição ativa até para contrariar precisamente os
21 problemas do mercado que referiu e, aliás, aquele Artigo consegue resolver a situação, que
22 acredita que seja complexa até do ponto de vista político, de apresentar apenas 29% do solo
23 urbanizável para a habitação executado, portanto, executar só 29% nestes anos todos é de facto
24 uma marca muito negativa e claro que uma Câmara Municipal não se pode distanciar daquela
25 resolução porque a Câmara Municipal serve precisamente para representar os interesses
26 enquanto municíipes e para promover o acesso à habitação.

27 Referiu que a estratégia da Câmara Municipal está respondida, de certa forma, no Plano Local
28 de Habitação e que fala precisamente que a estratégia da Câmara não é construir nova
29 habitação é reabilitar aquilo que há, mas para reabilitar aquilo que há ou o mercado é atrativo
30 para quem tem propriedades ou então a Câmara faz alguma coisa, e aí vão exatamente ao
31 ponto que acabou de referir que é realmente o que é que a Câmara fez para realmente
32 dinamizar o mercado.

33
34 **A deputada Clara Grácio** saudou todos os presentes e muito especialmente os Técnicos que
35 os acompanharam e disse que pensa que quando há uma discussão e uma conversa o respeito
36 para aquilo que é apresentado é estarem com alguma atenção, ouvir aquilo que foi apresentado
37 e não perguntar outra vez aquilo que foi explicado, explicado ao detalhe, foi explicado o que
38 é era a definição, foi explicado com todos os pormenores a introdução aos mapas, exatamente
39 da problemática, o que é que se entendia por terreno urbano, o que é que se entendia por
40 terreno rústico, e que foi claríssimo aquilo que ali foi dado até com todos os detalhes e,
41 portanto, por respeito ao trabalho exaustivo que foi feito achou que foi altamente esclarecedor.
42 Considerou que foi evidente que todo aquele processo foi conduzido de uma forma que não
43 era necessário, que não era obrigatório, em termos de um processo que era só a adequação a
44 uma Lei, proposta pelo PS e PSD, e que, no entanto, foi gerido com muita seriedade e
45 participação, porque foram a todas as freguesias, porque foram nos locais as discussões com
46 detalhe, com pormenor, onde deveriam ser feitas e foram feitas, poderiam não ter sido, mas
47 foram, e gostaria que tivessem acesso ou pelo menos que pudessem questionar o que é que foi
48 feito noutras Municípios do País relativamente àquele processo, para saberem o que é que se
49 passou com a Câmara de Évora.

50 Referiu que se pode sempre estar a repetir, que se pode fazer uma pergunta que é respondida
51 e voltar a fazer a mesma pergunta e ser respondida e depois voltar à mesma pergunta, mas não

1 podem estar ali eternamente, que ninguém corta a discussão, mas achou que aquilo não
2 significa uma discussão construtiva, porque uma discussão construtiva significa ouvir a
3 resposta e pensar sobre essa resposta.

4 Sobre o tema da habitação em Évora, que é muito importante, salientou que se as casas
5 estivessem todas utilizadas haveria habitação suficiente para os moradores de Évora, há
6 habitação a mais para aquilo que é necessário em Évora, e que a questão, como disse o Senhor
7 Presidente, é haver o acesso a essa habitação, não é só em Évora, em todo o País há habitação,
8 e não é a sua bancada que o diz, não é o PCP que o diz, não é a CDU que o diz, são os dados
9 do Instituto Nacional de Estatística, são os estudos feitos no País sobre habitação que dizem
10 que existem habitações suficientes, mas a questão é o acesso à habitação a preços que sejam
11 possíveis para a maior parte dos cidadãos, que não são, que os preços das habitações nalguns
12 casos são obscenos, aquilo que se pede por uma habitação naquele momento muitas vezes é
13 completamente irracional, é inadmissível e, portanto, é o acesso à habitação.

14 Aludi que têm que existir sistemas e têm que existir habitações que sejam, obrigatoriamente,
15 a preços que o normal cidadão possa ter acesso, e é por isso que naquele momento as casas
16 estão a ser entregues por causa dos juros, porque não têm capacidade de continuar, portanto,
17 o Sistema Nacional de Apoio à Habitação não pode ser só uma parangona, tem que ser efetivo,
18 porque não é só um problema português é um problema muito mais extenso do que Portugal
19 e mas não vão misturar os problemas, portanto a questão que ali está, e que de certeza todos
20 vão concordar porque todos os dias se fala na palavra sustentabilidade por todos os motivos e
21 mais algum, a existência e a aposta, por exemplo, na reutilização de casas, que tem de ser uma
22 estratégia civilizacional, portanto deviam estar ali a discutir sem cortar a palavra mas se as
23 questões foram respondidas, foram mostradas, foram exemplificadas, também têm que ter um
24 mínimo de atenção àquilo que se passou ali que foi com muito detalhe e agradeceu o esforço
25 feito pelos técnicos que apresentaram aquele trabalho.

26
27 **A deputada Paula Pita** cumprimentou todos os presentes e disse que, como se sabe, o MCE
28 não tem Presidentes de Junta, mas a sua Vereadora e muitos membros do MCE acompanharam
29 todas aquelas reuniões informais que foram feitas após o documento ter sido entregue à
30 CCDR, agradeceu aos técnicos, e indo ao encontro daquilo que disse a CDU, que têm tido um
31 trabalho muito exaustivo e pelo que lhe pareceu pela leitura do relatório, que não vai
32 acompanhar o documento que vai à discussão, e também como o Senhor Presidente disse que
33 se não fossem apresentadas aquelas propostas ele próprio Presidente as subscreveria, portanto
34 tem havido um trabalho de facto bastante minucioso quanto à definição e à alteração do PDM,
35 no entanto claro que há coisas com que não concordam, claro que há sempre coisas a melhorar,
36 e o que o MCE vai fazer é acompanhar cumprindo a Lei, que o PDM cumpre a Lei, e o
37 objetivo é que eh haja um desenvolvimento do Concelho e que possam combater não só o
38 problema demográfico, porque também já perderam pessoas, mas também criar um
39 desenvolvimento sustentável, porque é isso que é importante.

40
41 **O deputado Francisco Brito** disse à eleita Clara Grácio que a sua intervenção é um
42 desrespeito por todos os que assistiram com atenção à apresentação que ali foi feita, que
43 ficaram com dúvidas e as colocaram ao Senhor Presidente da Câmara e, como já vem sendo
44 crónico, ficaram exatamente com as mesmas dúvidas porque as questões não são esclarecidas
45 e achou até que a aquela intervenção foi um desrespeito para com o Senhor Presidente da
46 Câmara que, acredita, que não precise para se defender.

47
48 **O deputado Natanael Vinha** considerou que foi importante a convocatória daquela
49 Assembleia para quem ainda não tinha tido a oportunidade de participar numa das reuniões
50 da apresentação que já ocorreram, teve agora uma apresentação que pode consultar online,
51 extensa de 1 hora, e que é uma vantagem.

1 Disse que esteve a fazer um exercício de memória desde a primeira reunião, em que participou,
2 da apresentação do PDM e aquela apresentação que não teve nada a ver uma coisa com a
3 outra, tirando a ideia de que só estão a fazer aquilo porque são obrigados, estão a faze-lo
4 contrariados, como se não existissem dezenas ou centenas de escolhas naquele processo que
5 vão sendo feitas e que ainda estão por ser feitas, que é estranha aquela ideia de inevitabilidade
6 naquele processo e com os agentes em presença, ao mesmo tempo quando têm intervenções e
7 têm aquele espaço para participarem, para discutirem, para ouvirem as respostas, para
8 pensarem sobre elas e para fazerem perguntas, tal como ainda não ouviram qual é o tempo
9 médio de licenciamento de um projeto, ainda não ouviram nenhuma métrica que lhes permita
10 perceber como é que a Câmara está a funcionar e aquilo não tem nada a ver com ter mais ou
11 menos consideração pelos Técnicos que trabalharam e elaboraram, tem a ver com a
12 necessidade que existe de escrutínio do que é que os eleitos e os que estão no Executivo fazem
13 e não podem, sempre que fazem perguntas e colocam questões, ouvir falar dos amanhãs que
14 cantam e do sol que brilhará todos para todos nós um dia, porque vai ser muito bom com o
15 Plano de Mobilidade e que agora vai ser mesmo bom com o Plano de Urbanização.

16 Referiu que já tinham ouvido falar do Plano de Reabilitação do Espaço Público, e que o plano
17 é para consensualizar e não propor nada, que foi tudo das outras forças que foram propondo e
18 foram aceitando e parece que não há uma vontade ou não há um rumo traçado de quem está
19 ou pelo menos não consegue explicar, admitiu que exista mas ou está muito bem escondido
20 ou está muito mal explicado, das duas uma, e admitiu que contando as casas há muitas casas
21 mas que podem não estar a ser usadas como casas e estarem a ser usadas para outra coisa
22 qualquer, mas uma coisa sabe, se não existirem terrenos com capacidade construtiva não vai
23 ser possível construir mais casas e não vai ser possível diminuir o preço das casas porque há
24 escassez que aumenta os preços.

25 Mencionou que se falou ali também dos 20 anos que se passaram e do que não se construiu
26 mas quando o anterior PDM foi revisto, lembra-se que estava previsto existir uma estação do
27 TGV em Évora que colocaria Évora a 35 minutos de Lisboa, se calhar foi avisado para permitir
28 que existissem mais construções, quando o anterior PDM foi aprovado existiam as fábricas da
29 Embraer que se iam instalar, se calhar foi avisado para pensar que as pessoas talvez quisessem
30 vir para cá morar, quando o anterior PDM foi elaborado achou-se que ia existir um cluster
31 aeronáutico, o que não se sabia é que iriam ser assolados por uma série de crises, entre elas o
32 governo da CDU, e não estava a atacar a CDU gratuitamente, estava a expressar qual é a sua
33 forma como vê a atuação da CDU, e questionou o Senhor Presidente, que é também Presidente
34 da CIMAC, quantos Municípios da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central é que
35 ainda tem o PDM por aprovar, quantos é que fizeram uma intervenção extensa e quantos é
36 que fizeram uma intervenção minimalista.

37 Relembrou que na primeira reunião que assistiu era uma revisão do PDM, não era uma
38 alteração do PDM, agora transformou-se entretanto pelo caminho e portanto, em resumo,
39 aquela discussão foi importante, foi importante terem dado de tempo para Senhor Presidente
40 se explicar, foi importante que os Senhores Presidentes de Juntas tenham tido a oportunidade
41 de expressar as suas preocupações quanto ao seu território, que o tenham feito publicamente,
42 de uma forma que em que existe um registo e em que toda as pessoas podem perceber o
43 empenho que colocam na defesa daquilo que lhes é transmitido no dia a dia no seu território,
44 e que também tenham tido a oportunidade para o público poder participar, que ninguém vai
45 poder dizer que não houve um momento em que o órgão Assembleia Municipal não lhe
46 permitiu em tempo útil, enquanto ainda era tempo de participar, e não ir apenas ali fazer uma
47 manifestação no dia da aprovação, ou não, portanto teve toda a utilidade até porque ainda
48 agora com as respostas podem ir pensar bem sobre elas, a não ser as perguntas que já tinham
49 sido feitas e que não foram respondidas.

50

1 **O deputado Gonçalo Costa** concordou com numa pequena parte da intervenção da colega da
2 bancada da CDU no agradecimento ao trabalho dos Técnicos da Câmara Municipal que ali
3 foram e da forma tão proveitosa para todos pela apresentação que foi muito útil, e solicitou,
4 na figura do Senhor Presidente de Câmara, que lhes poderiam fazer chegar por e-mail aquela
5 apresentação porque é um documento útil para todos, que naquele processo seria importante
6 que fosse partilhado com todos.

7 Mencionou que as questões que apresentaram só revelaram a atenção com que viram a
8 apresentação e a forma como cada um respeita o mandato que lhes foi conferido pela
9 população porque a forma e as dúvidas que apresentaram são pertinentes e podem ser vistas
10 de uma forma produtiva pelo próprio Executivo que tem que conduzir aquele processo.

11 Disse que gostaria que na próxima reunião de Assembleia Municipal ou numa próxima
12 reunião de Câmara, o Senhor Presidente pudesse transmitir aos Vereadores exatamente qual
13 o tempo de resposta dos licenciamentos, porque é um dado que realmente gostava de saber e
14 que acha que é importante que fosse partilhado com os membros da a Assembleia, quando os
15 licenciamentos são pedidos, nomeadamente licenciamentos para habitação.

16 Referiu uma questão que considera pertinente, mas não era um tema daquela sessão, que foi
17 o senhor Presidente que referiu, que é o papel da Habévora em todo aquele contexto
18 habitacional, neste momento quais são as intenções e quais são as estratégias da Habévora
19 para colmatar aquela carência de habitação existente no Concelho de Évora, qual é o papel
20 que a Habévora tem e terá num futuro próximo na resolução daquele problema.

21 **A deputada Elmina Lopes** esclareceu que no início questionou porque é que estavam ali, não
22 pela utilidade ou pela pertinência do ponto, mas pelo facto dos proponentes não terem
23 elucidado sobre o que é que pretendiam com aquele ponto e reforçou aquele aspeto porque
24 achou relevante proporem a todos estarem ali para discutir e que no mínimo fizessem o
25 enquadramento.

26 Disse que depois percebeu que afinal o que queriam era falar de habitação, então se queriam
27 falar de habitação podiam ter proposto outro ponto, queriam falar da política de habitação que
28 também achou que é um ponto muito pertinente, por isso a CDU propôs na Assembleia
29 Municipal uma Recomendação para que a Câmara apresentasse o Plano Local de Habitação
30 naquela Assembleia, o que ainda não foi concretizado, mas que esperam que seja em breve e,
31 portanto, pensa que o Senhor Presidente esclareceu aquilo e que também foi dito, quer na
32 apresentação quer pelo Senhor Presidente, depois daquela alteração se vai iniciar um processo
33 de revisão do PDM e pediu ao Senhor Presidente que os esclareça se é esse o entendimento.

34 Considerou que há, de facto, uma necessidade atual de rever o PDM ainda em vigor, aprovado
35 na gestão PS em 2008, porque aquela alteração que está agora a decorrer não é a desejável e
36 ansiada revisão do PDM porque o prazo dado pela Legislação impede essa revisão, mas a
37 responsabilidade política das balizas legais daquela alteração ao PDM é a Legislação aprovada
38 pelo governo do PSD e consolidada pelo governo do PS, portanto não foi a Câmara de Évora
39 que inventou aquela Legislação.

40 Realçou que toda aquela matéria poderia ter sido tratada em gabinete e encaminhada para a
41 Assembleia Municipal para votação e ainda estariam no cumprimento da lei, apesar disso
42 houve um amplo processo de participação, portanto achou que as pessoas devem realmente
43 discutir aquelas coisas no seio das suas forças políticas e perceber que políticas é que querem
44 para o seu País e para a sua Região e não imputar aquilo a outras forças políticas, e mais uma
45 vez disse que têm muito interesse e muito gosto em discutir o Plano Local de Habitação que
46 a Câmara está a implementar porque que não é verdade que a Câmara não vai construir
47 habitação, isso não é rigorosamente verdade, porque para além de reabilitar muita a habitação
48 vai construir habitação.

1 **O deputado Gonçalo Costa** considerou que depois daquela intervenção da Senhora deputada
2 do PCP teria que tecer algumas considerações e começou por reiterar mais uma vez que quem
3 introduziu a questão da Habitação foi o Senhor Presidente de Câmara, não foi a bancada do
4 Partido Socialista nem nenhum dos deputados municipais, mas a partir do momento em que
5 aquele tema foi introduzido sentiram-se na legitimidade de o falar e tem a certeza de que o
6 Plano Local de Habitação será discutido naquele fórum numa data oportuna e certamente serão
7 agendadas sessões para o debater, tal é a pertinência do tema e, portanto, não compreendeu
8 realmente o teor da intervenção a porque o Município tem responsabilidades naquela matéria
9 e confessou que não conseguiu perceber exatamente o intuito daquela intervenção.

10
11 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que a questão da Habitação surgiu exatamente
12 porque foi equacionada a relação entre os terrenos e a habitação, em que procurou dar aquilo
13 que é a sua visão sobre aquela matéria, foi isso que quis dizer e deixou claro que a Câmara e
14 todos os Municípios que tiveram condições irão intervir na questão da Habitação, que o
15 Governo irá intervir na questão da Habitação, mas se não houver mecanismos que tenham
16 capacidade para intervir no mercado, que está acima do mercado local e regional, não vai
17 haver solução para os preços da Habitação a nível local, porque têm prédios no Centro
18 Histórico que são transacionados três e quatro vezes em meia dúzia de meses, obviamente não
19 são por causa da Habitação, são por pura especulação imobiliária, portanto o Fundo
20 Imobiliário vê quanto é que pode de render por vender aquele prédio e daí a dois meses vende
21 a outro fundo imobiliário, e aquele fundo imobiliário vende a outro, mas a pergunta é como é
22 que se pode ali intervir e obviamente tem que haver mecanismos para intervir, não é em
23 Évora, ou neste ou naquele, é a nível do País e até ao nível da União Europeia porque aquele
24 problema naquele momento já nem sequer é um problema apenas português, é um problema
25 da Europa, aliás, até outros pontos do mundo já se está a verificar aquele tipo de situação e
26 deu como exemplo o seu encontro recente com o Senhor Presidente da Câmara do Québec
27 que estava preocupadíssimo exatamente porque os preços da habitação no Québec nunca tinha
28 acontecido dispararam completamente e até estava surpreendido o que é que teria acontecido
29 para aquilo se verificar.

30
31 Em relação ao Plano Local de Habitação, disse que irão ter ali a discussão e nessa altura terão
32 a oportunidade de abordar um conjunto de questões, sendo que, e só para retificar o Senhor
33 Presidente da Junta de Freguesia, de facto preveem a construção de habitação, construção
34 direta e compra de habitação nova, que está lá escrito, portanto é o contrário daquilo que se
35 diz que o PLH ignora aquele tipo de situação.

36
37 Relativamente à questão dos licenciamentos, referiu ter que ver categoria a categoria os
38 tempos de resposta, mas sempre disse que aceita que da parte da Câmara haja dificuldades,
39 constrangimentos, atrasos, mas também tem desafiado a Assembleia, como outros fóruns, para
40 que apresentassem os processos concretos para perceberem uma coisa que é fundamental, que
41 é até onde é que vai a responsabilidade da Câmara e até onde é que vai a responsabilidade do
42 Promotor, para poderem perceber os tempos de resposta. Transmitiu que conhece processos
43 com algum peso que andaram rapidíssimo, conhece processos pequenos que custaram a andar,
44 por isso a generalização é sempre muito complicada e gosta muito de analisar os exemplos
45 concretos para que possam constatar que têm ali um problema ou que a Câmara teve aquele
46 problema, ou os casos em que a responsabilidade não é da Câmara e também deve ser apontada
47 a responsabilidade a quem de direito, portanto considerou que é justo que seja feito daquela
48 forma porque isso é que é o correto.

1 Sobre os terrenos junto às piscinas, informou que os terrenos não são municipais, são terrenos
2 particulares que vão até ao Bairro ao fundo, aliás, onde há um projeto de loteamento em
3 discussão que tem a ver também com o Plano de Urbanização.

4
5 Quanto à questão da visibilidade, realçou que houve o contributo dado por todos os
6 Vereadores, que cada um pode e deve dar a visibilidade às suas propostas e apresentar os
7 documentos que entenderem, mas, na sua opinião, tem que haver um documento comum para
8 a discussão pública.

9
10 No que diz respeito à questão do crédito, disse que até 2020 a Câmara registou um excesso de
11 endividamento e não podia recorrer a qualquer crédito, aliás em 2013 o excesso de
12 endividamento da Câmara que era 32 milhões e 500 mil euros e não podia fazê-lo, só a partir
13 de 2020 é que passou a ter capacidade de endividamento que o Orçamento de Estado cortou
14 para 20%, ou seja os Municípios não podem utilizar mais do que 20% da capacidade de
15 endividamento e portanto é só fazer as contas para se perceber a situação.

16
17 Acerca da questão dos 29% do solo urbano executado, disse que também reparou no outro
18 número de 65% relativamente às áreas económicas que são propriedade da Câmara, as outras
19 são de proprietários privados e, portanto, a câmara executou nos terrenos que tinha, não
20 executou tudo mas executou muito, quem não executou não foi a Câmara, os outros é que não
21 executaram, considerou que se pode e deve perguntar porquê, naturalmente haverão razões
22 variadas, que pode e deve ser discutido, até porque, por exemplo, a revisão do PU pode ter
23 implicações relativamente àquilo que se deve propor em termos de alterações..

24
25 Em relação à inevitabilidade da alteração do PDM, reforçou que é o que a Lei que impõe, que
26 estão todos a alterar o PDM para não correrem o risco de ficarem sem fundos, mas se a Lei
27 desaparecesse ou senão houvessem consequências não o fariam e relembrou que estão nas
28 deliberações da Câmara o que foi acordado desde a primeira reunião de 27 de outubro de 2021
29 com todos os vereadores, que é a seguir à alteração do PDM, obrigada pela Lei dos Solos,
30 fariam a revisão do PDM porque precisam de ter e discutir a estratégia relativamente ao PDM
31 que não é discutida no âmbito da alteração da Lei dos Solos.

32
33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** informando não haver pedidos de intervenção, deu
35 início ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido de
36 intervenção. Verificando não haver pedidos de intervenção por parte do público, o **Presidente**
37 **da Assembleia Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

38
39
40 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2^a
43 Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

44
45
46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

48
49 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
50 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
51 75/2013, de 12 de setembro.

1
2 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
3 terminada a Sessão pelas zero horas do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a
4 presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

5
6
7 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
8
9

10
11 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*
12
13

14 O 1º SECRETÁRIO

15
16
17 *Ananias Quintano*

A 2ª SECRETÁRIA

Maria da Nazaré Lança